

Ata n.º 1/2023

Reunião de Câmara realizada no 2 dia de janeiro de 2023

Ao dia dois do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila da Lousã, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu ordinária e publicamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, da Senhora Vice-Presidente, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, e dos Senhores Vereadores, João António Martins dos Santos, Ricardo Emanuel Soares Fernandes, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ana Paula Dias Neves Sançana e Alcindo José Gonçalves Quaresma. -----

Pelas dez horas e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, deu início aos trabalhos. -----

1 - Período antes da Ordem do Dia: -----

No período antes da Ordem do Dia foi apresentada uma Moção, intitulada “Contra os inadmissíveis aumentos das tarifas de resíduos sólidos urbanos”, pelos Vereadores eleitos pelo PSD, cuja leitura foi feita pela **Senhora Vereadora Ana Paula Sançana**, visando a manifestação de “veemente protesto e oposição aos aumentos anunciados das tarifas de resíduos sólidos urbanos no Concelho da Lousã, praticados pela ERSUC, S.A.” e ainda a “absoluta necessidade de que o Município da Lousã continue a interceder junto do Governo, Assembleia da Republica, Entidade Reguladora e da Empresa, de forma a impedir estes aumentos brutais para os cidadãos, empresas e instituições ou em alternativa, encontrar formas de assegurar o mesmo serviço a um preço justo e adequado, eventualmente em conjunto com outros Municípios”. -----

O **Senhor Vereador João Santos** interveio para informar que, no seguimento de recebimento do Projeto de Decisão da ERSAR sobre os "Proveitos permitidos totais e tarifas reguladas para o período regulatório 2022-2024", a Autarquia enviou a 20 de dezembro, dentro do prazo estabelecido para o efeito, uma tomada de posição, manifestando discordância não só quanto à tarifa mas também relativamente a outros aspetos referentes ao funcionamento e objetivos para a ERSUC, em consonância com a tomada de posição de outras entidades como a

CIM-RC e inclusive, a APIN e que, como tal, a moção ora em discussão é no seu entendimento, menos abrangente do que a tomada de posição enviada pelo Município à ERSAR, documento que foi disponibilizado no decurso da reunião aos Senhores Vereadores para análise. -----

O **Senhor Presidente** usou da palavra para, fazendo um ponto de situação, reconhecendo a importância do assunto, evidenciar a existência de prazo para pronúncia relativamente ao Projeto de decisão da ERSAR, tendo sido enviada a 20 de dezembro, uma Tomada de Posição do Município, que é mais abrangente do que o documento ora em análise, manifestando a sua total discordância relativamente ao brutal aumento de tarifa preconizado pela ERSUC para 2023 e 2024, bem como em relação à inexistência de medidas de incentivo ao aumento da eficiência da gestão da empresa. Referiu ainda que é de sublinhar que esta tomada de posição é consentânea, também, com as tomadas de posições e diligências de outras entidades como a APIN e a CIM-RC, no seu Conselho Intermunicipal, realizado a 15 de dezembro e Assembleia Intermunicipal de 20 de dezembro, dia em que decorreu também reunião do Conselho Consultivo da ERSUC, em que o Município tem assento e onde evidenciou também a sua posição. -----

Após discussão e reformulação do documento de forma a integrar as informações evidenciadas, foi a referida Moção colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e em minuta. O documento, que foi subscrito por todos os elementos do Executivo, dá-se por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 1). -----

A Senhora Vereadora Ana Paula Sançana interveio, ainda, para primeiramente deixar os seus votos de Bom Ano Novo e, questionar a possibilidade de, à semelhança do que acontece com a Assembleia Municipal, ser disponibilizada informação de forma periódica relativa à situação financeira e atividade do Sr. Presidente. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** interveio para, deixando também os seus votos de Bom Ano, lamentar o não aproveitamento da paragem letiva para a conclusão da obra na Escola Básica n.º 2 e intervenção na Escola Secundária, quanto ao dano provocado no telhado de um pavilhão, no passado dia 19 de dezembro. Continuou a sua intervenção, questionando o Sr. Presidente sobre o ponto de situação dos

bancos situados na Praça Cândido dos Reis. Mais questionou se os Contratos Interadministrativos deveriam ter sido aprovados em sede de Reunião de Câmara. De seguida, relativamente aos vulgarmente designados “passadiços”, questiona a existência de um estudo geotécnico e de um parecer, questionando a diferença entre estes dois documentos, solicitando que os mesmos lhe sejam disponibilizados, tendo afirmado que no seu ponto de vista a utilidade do referido estudo seria prévia à sua implementação e que urge perceber em que estado está o equipamento e se cumpre os requisitos de segurança. Posteriormente, questionou sobre atraso na publicação de atas relativas a reuniões deste órgão no site do Município e solicitou a verificação de informações erradas em sede de Assembleia Municipal. Prosseguiu, lamentando e repudiando a ação governativa dos últimos onze meses e o impacto da mesma ao nível local. Concluiu, desejando dinamismo suficiente pois 2023 requer força para enfrentar os desafios que se apresentarão. -----

O Senhor Vereador Alcindo Quaresma, após deixar também os seus votos de Bom Ano, usou da palavra para colocar duas questões relativas a vias rodoviárias, quanto à estrada que liga Pousafoles/Semide ao Restaurante “Carocha”, dando conta de que o piso se encontra muito irregular nesse troço e ainda, sobre o estado de desaparecimento e necessidade de intervenção ao nível da marcação horizontal na vulgarmente designada via rápida que liga a EN17, de acesso à Lousã. -----

O Senhor Vereador João Santos interveio para, deixando votos de Bom Ano, dar conta de mais uma edição do Programa “Férias Ativas”, que desta feita contou com o envolvimento de cerca de 40 jovens, e que é uma resposta importante para as famílias durante o período de pausa letiva. Prosseguiu, deixando o reconhecimento aos Colaboradores da Autarquia que, face aos episódios decorrentes da intempérie que se registou nos últimos dias, permitiram dar uma resposta às situações que se verificaram, em tempo útil. Relativamente às situações anteriormente mencionadas, refere que em virtude precisamente das condições meteorológicas, mas também devido ao próprio aprovisionamento do material necessário, não foi possível realizar ainda as referidas intervenções, reforçando que foi inclusive no próprio dia, dada resposta aos danos no telhado do pavilhão da Escola Secundária. No que

diz respeito às situações relacionadas com rodovia apresentadas evidenciou o histórico do processo de reivindicação da Autarquia junto da entidade competente no sentido da sua regularização e informa que ambas as situações estão sinalizadas. -----

A Senhora Vice-Presidente Henriqueta Oliveira interveio para, antes de mais, deixar os seus votos de Bom Ano e reforçar que, em conjunto com outros programas, a Programação “Férias Ativas”, são indicadores do acompanhamento efetuado pela Autarquia às Famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade, de que é exemplo a entrega de Cabazes de Natal. Referiu ainda que a par destas medidas, o apoio à parentalidade, na habitação e ao nível do ensino resultam na atribuição, pelo 11.º ano consecutivo, do galardão “Autarquia mais familiarmente responsável”. Por fim, deixou ainda o justo reconhecimento aos recursos humanos e equipas pelo trabalho desenvolvido e esforço, em particular nesta época. -----

O Senhor Vereador Ricardo Fernandes deixou os seus votos de Bom Ano e interveio para informar que relativamente ao referido estudo geotécnico, as conclusões constantes do documento são claras ao referir que as debilidades da via não são imputáveis ou decorrem da implementação dos “passadiços”, tendo o referido estudo sido submetido a apreciação da CCDR (Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional), entidade competente para emissão de parecer. ---

O Senhor Presidente usou da palavra para prestar esclarecimentos relativamente às questões colocadas, evidenciando que, no que diz respeito à intervenção na Escola Secundária, a boa capacidade de resposta e prontidão dos serviços da Autarquia face ao episódio que causou danos no dia 19 de dezembro. Relativamente à Escola Básica n.º 2 informou que a partir de 3 de janeiro entrará em funcionamento a nova entrada, na Rua Gil D’Orey. Prosseguiu, explicitando o procedimento relativo aos Contratos Interadministrativos, referindo que decorre de negociação com os órgãos das Freguesias, que carece de validação em sede das respetivas Assembleias e que posteriormente será submetido a apreciação da Assembleia Municipal. Continuou, para transmitir que, quanto aos vulgarmente designados “passadiços”, esta é uma situação que está a ser devidamente acompanhada pelos serviços. Por fim, referindo-se à distinção obtida, evidencia

que é resultado do investimento que tem vindo a ser realizado de forma consistente e que está, também, presente no Orçamento Municipal para 2023. ---

2 - Ordem do Dia: -----

2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 19 de dezembro de 2022. -----

Colocada à votação dos membros do Executivo Municipal presentes, nos termos do nº 2 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade, aprovar a Ata da Reunião de Câmara realizada no dia dezanove do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois. -----

2.2 - Propostas do Senhor Presidente: -----

2.2.1 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação das datas das reuniões ordinárias da Câmara Municipal do ano de 2023. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a proposta de datas das reuniões ordinárias da Câmara Municipal do ano de 2023. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número dois. -----

2.2.2 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a atribuição de apoio financeiro à ATML - Associação de Trabalhadores do Município da Lousã no montante de 15.000,00 € destinado a apoiar na prossecução dos seus fins estatutários. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a atribuição de apoio financeiro à ATML - Associação de Trabalhadores do Município da Lousã no montante de 15.000,00 € destinado a apoiar na prossecução dos seus fins estatutários. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número três. -----

2.2.3 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal que delibere dar início ao procedimento para alteração do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã. -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho usou da palavra para dizer que entende que se devia “olhar” para a Zona Industrial dos Matinhos e pensar na sua expansão e ligação à rotunda de acesso à Lousã, através da possível aquisição de uma bolsa de terrenos. Refere ainda o desejo de ali ver uma indústria mais “verde e leve”. Colocou também uma questão sobre “vazadouros”, nomeadamente de capacidade mais adequada, de forma a servir empreiteiros e domésticos. Terminou evidenciando a possibilidade de construção de acesso da referida zona à dita rotunda, referindo a possibilidade de financiamento da aquisição de propriedades para o efeito, no âmbito do PRR.-----

O Senhor Vereador João Santos interveio para informar que, no que diz respeito aos “vazadouros”, para além da existência de legislação específica nesta matéria, a Câmara Municipal tem dado resposta aos munícipes, através do Ecocentro com a aceitação de 1 m³ de resíduos por mês. -----

O Senhor Vereador Ricardo Fernandes interveio ainda para dar conta que a informação constante do Plano Diretor Municipal reflete já a possibilidade de expansão da área respeitante à Zona Industrial, informando ainda que tal área constitui Reserva Agrícola Nacional. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta dar início ao procedimento para alteração do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número quatro. -----

2.2.4 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da redução do valor de venda, por m², dos terrenos e lotes dos loteamentos industriais municipais no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar redução do valor de venda, por m², dos terrenos e lotes dos loteamentos industriais municipais no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento no Município da Lousã. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número cinco. -----

2.2.5 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação da comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) no montante de 1.084,99 € relativa ao “projeto 51: Rede Intermunicipal de Bibliotecas.” -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a ratificação da comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) no montante de 1.084,99 € relativa ao “projeto 51: Rede Intermunicipal de Bibliotecas.” Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número seis. -----

2.2.6 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação da comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) no montante de 13.903,66 € relativa à participação na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) 2022. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a ratificação da comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) no montante de 13.903,66 € relativa à participação na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) 2022. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número sete. -----

2.2.7 - O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação da comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) no montante de 1.212,20 € relativa ao “Projeto 61 - EDP/DPO - Encarregado de Proteção de Dados / Data Protector Officer.” -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a ratificação da comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) no montante de 1.212,20 € relativa ao “Projeto 61 - EDP/DPO - Encarregado de Proteção de Dados / Data Protector Officer.” Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número oito. -----

2.2.8 – O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação da comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) no montante de 2.010,10 € relativa ao “Projeto 94 – Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço (RJSC).”-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a ratificação da comparticipação financeira à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) no montante de 2.010,10 € relativa ao “Projeto 94 – Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço (RJSC).” Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número nove. -----

2.3 – Proposta do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Ricardo Fernandes: -----

2.3.1 – O Senhor Presidente e o Senhor Vereador propõem à Câmara Municipal a aprovação da prorrogação do prazo para a elaboração da 1ª Alteração à 1ª Revisão do PDM da Lousã por mais doze meses, em consonância com o disposto no nº6 do Artigo 76º do RJGT. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a prorrogação do prazo para a elaboração da 1ª Alteração à 1ª Revisão do PDM da Lousã por mais doze meses, em consonância com o disposto no nº6 do Artigo 76º do RJGT. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número dez. -----

2.4 – Proposta da Senhora Vice-Presidente: -----

2.4.1 – A Senhora Vice-Presidente propõe à Câmara Municipal a ratificação dos apoios concedidos no mês de dezembro de 2022, no âmbito das Medidas de Apoio Pontual a Situações de Emergência Social. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os apoios concedidos no mês de dezembro de 2022, no âmbito das Medidas de Apoio Pontual a Situações de Emergência Social. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número onze. -----

2.5 – Divisão de Obras Municipais e Ambiente: -----

2.5.1 – Processo 14/2022 – Construção da Rede Ciclável Urbana da Lousã – Av. Dr. José Maria Cardoso – Fase 1 – Decisão de não adjudicação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a decisão de não adjudicação no âmbito do Processo 14/2022 – Construção da Rede Ciclável Urbana da Lousã – Av. Dr. José Maria Cardoso – Fase 1. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número doze. -----

2.5.2 – Processo 20/2022 – Construção da Rede Ciclável Urbana da Lousã – Av. Dr. José Maria Cardoso – Fase 1 – Decisão de abertura de procedimento. -----

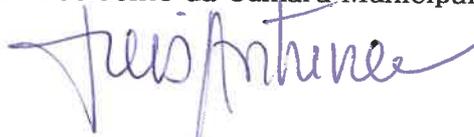
A Câmara Municipal deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a decisão de abertura de procedimento no âmbito do Processo 14/2022 – Construção da Rede Ciclável Urbana da Lousã – Av. Dr. José Maria Cardoso – Fase 1. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, para todos os efeitos e se junta à presente ata, dela fazendo parte integrante como documento anexo, sob o número treze.-----

Público: -----

Não houve inscrições. -----

Nada mais havendo a tratar às onze horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião de que foi lavrada a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Miguel Correia Antunes, e por Margarida Fontes Correia, na qualidade de Secretária (em substituição). -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,



